

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
007/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 007/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

**REQUERENTE:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

**OBJETO:** Repasse de recursos financeiros através de Termo de Fomento entre o Município de Campo Bom/RS e o Projeto Criança Cidadã para promoção de atendimento integral de 76 crianças e adolescentes de 6 a 16 anos domiciliadas em Campo Bom, ofertando, no contra turno escolar, atividades socioeducativas, potencializadoras das habilidades sociais essenciais para superar vulnerabilidades sociais e outros riscos decorrentes das diferentes formas de violência que estão expostas

**FORNECEDOR:** PROJETO CRIANÇA CIDADÃ, CNPJ 13.097.800/0001-14.

**VALOR TOTAL:** R\$ 332.930,93 (trezentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta reais e noventa e três centavos).

Publique-se no prazo legal.  
Campo Bom, 18 de fevereiro de 2025.

**GIOVANI BATISTA FELTES,**  
Prefeito Municipal.

Publicado por:  
Fabiúla Dieter Fontoura  
Código Identificador:3272761C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
006/2025.

O Prefeito Municipal de Campo Bom, Sr. Giovani Batista Feltes, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, **RATIFICA a Dispensa de Licitação nº 006/2025**, nos termos do parecer jurídico proferido nos autos do expediente em epígrafe.

**REQUERENTE:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

**OBJETO:** Repasse de recursos financeiros através de Termo de Fomento entre o Município de Campo Bom/RS e o Projeto Criança Cidadã para promoção de atendimento integral de 76 crianças e adolescentes de 6 a 16 anos domiciliadas em Campo Bom, ofertando, no contra turno escolar, atividades socioeducativas, potencializadoras das habilidades sociais essenciais para superar vulnerabilidades sociais e outros riscos decorrentes das diferentes formas de violência que estão expostas

**FORNECEDOR:** PROJETO CRIANÇA CIDADÃ, CNPJ 13.097.800/0001-14.

**VALOR TOTAL:** R\$ 262.563,82 (duzentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos).

Publique-se no prazo legal.  
Campo Bom, 18 de fevereiro de 2025.

**GIOVANI BATISTA FELTES**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Fabiúla Dieter Fontoura  
Código Identificador:F59D1081

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INHACORÁ

SEC. ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA - ESTIAGEM

DECRETO EXECUTIVO Nº 3.002/25, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025.

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por ESTIAGEM – COBRADE 14110, conforme legislação aplicada ao tema.

**EMERSON CAVALI DE VARGAS**, Prefeito Municipal de Inhacora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do SINPDEC, e:

**CONSIDERANDO:**

I – Que severa estiagem assola o Município gradativamente desde o mês de novembro de 2024;

II- Que, em consequência, resultaram os danos e prejuízos descritos no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e os relatórios, levantamentos e laudos que o subsidiaram;

III – a manifestação da COMDEC – Conselho Municipal de Defesa Civil;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **estiagem – 1.4.1.1.0**, conforme legislação aplicada.

**Art. 2º.** Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMDEC, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

**Art. 3º.** Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do COMDEC.

**Art. 4º.** De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**Parágrafo único:** Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

**Art. 5º.** Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema, com a observância de suas condições e consequências.

**Art. 6º.** Com fundamento na Lei 14.133/2021, sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a reconstrução de empresas e a prorrogação dos contratos.